



As disputas municipais e a sociedade local nos jornais do interior do Amazonas (1880-1921)¹

Prof. Dr. MUNARO, Luís Francisco²

Resumo: Este é um estudo sobre a imprensa no interior do espaço territorial conhecido hoje como Amazonas. Seu objetivo é descrever as disputas em torno da posse das prefeituras municipais e algumas das formas de apresentação da sociedade local nos periódicos que circularam no interior até as duas primeiras décadas do século XIX. Portanto, é um estudo de história baseado em duas janelas de análise: uma que se debruça sobre uma estrutura política ainda incipiente, que tem nos jornais uma de suas principais vitrines, e outra de uma elite social também incipiente, que utiliza o jornal como uma forma de extensão do seu círculo de representações e começa a, lentamente, tematizar grupos marginalizados, como mulheres, caboclos e índios. O corpus de análise foi composto de dezesseis jornais que circularam em cidades interioranas até 1921. De uma forma geral, eles ilustram as disputas de uma sociedade cuja formação recente deriva do comércio da borracha, no epicentro do fenômeno de afirmação republicana no qual as periferias do país reclamavam participação.

Palavras-chave: História da imprensa; História moderna; Municípios amazônicos; Clubes; Jornalismo.

O boom do comércio da borracha na Amazônia e a formação de burocracias municipais a partir da década de 1850 levaram também a uma fabricação acelerada de jornais em vários pontos distantes da rede hidrográfica do Rio Amazonas. Tornadas vitrines do governo republicano na década de 1890, as cidades precisavam de um instrumento de propaganda tanto diante dos pares municipais quanto diante de outras cidades e mesmo da administração central republicana. Quer dizer, estava-se construindo uma cidade, freguesia ou vila, no interior de uma selva até então distante da civilização, e precisava-se de suporte, reconhecimento, recursos, etc. Nesse sentido, os jornais que surgiram de forma isolada em intendências municipais recém criadas revelavam o anseio dessas localidades distantes em participarem do sentimento nacional em processo de construção pela República Velha.

Noutra circunstância, pudemos acompanhar o surgimento de 555 jornais em

¹ Trabalho apresentado ao GT História do Jornalismo no 4º Encontro Regional Norte de História da Mídia.

² Professor adjunto do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Jornalismo e em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).



vários pontos da rede hidrográfica do Amazonas (Tabela 1). Dentre as cidades do interior, a maior produtora de jornais foi Itacoatiara (25 jornais), seguida por, no Rio Madeira, Manicoré (8 jornais) e Lábrea (9 jornais). No Rio Negro, a produção de jornais permaneceu mais rarefeita em virtude tanto da menor exploração de seringais quanto da pouco movimentada fronteira com a Venezuela, com São Joaquim e Barcelos produzindo apenas 4 títulos, enquanto a vila de Boa Vista em Roraima já possuía 3 jornais impressos. No Rio Madeira e no Alto Purus já se assistia a uma vigorosa atividade comercial. No primeiro deles houve o crescimento de Porto Velho, quando a construção da ferrovia Madeira-Mamoré impulsionou a vida social da cidade entre 1907 e 1912, já no período de decadência da borracha. A partir da ferrovia floresceram várias cidades como Guajará-Mirim e Porto Velho, facilitando a ocupação da fronteira oeste do Brasil (SANTOS, 1980, p. 109).

Tabela 1 – Títulos de jornais entre 1850 e 1921

Cidade	Rio	Catálogo de Santos, 1990	Catálogo de Souza, 1908
Rio Branco/AC	Acre	15	9 ³
Xapuri/AC	Acre	9	
Sena Madureira/AC	Acre	7	
Porto Acre/AC	Acre	2	
Capatará/AC	Acre	1	
Manaus	Amazonas	442	328
Itacoatiara	Amazonas	25	5
Parintins	Amazonas	3	3
Boa Vista/RR	Branco	4	
Eirunepé	Juruá	1	
Cruzeiro do Sul/AC	Juruá	5	
Porto Velho/RO	Madeira	7	
Manicoré	Madeira	6	8
Humaitá	Madeira	4	2
Santo Antonio	Madeira	1	
São Joaquim	Negro	3	3
Barcelos	Negro	1	2
Lábrea	Purus	9	8
Manacapuru	Solimões	2	1
Coari	Solimões	1	1
Benjamin Constant	Javary	1	
Tefé	Solimões	1	1
Tarauacá/AC	Tarauacá	5	
Total		555	281

Dados do IGHA compilados por FREIRE et al, 1990 e João Batista de Faria e Souza (1908, p. 76, Apud PINHEIRO, 2014). Autoria nossa. Disponível nos Anais do XV Congresso Regional Norte de

³ Território Federal do Acre.



Ciências da Comunicação.

As intendências municipais, localizadas em pontos estratégicos da malha hidrográfica, geralmente tinham à sua disposição uma tipografia. De uma forma geral, pode-se observar, a partir da década de 1890, a consolidação de vários poderes municipais vinculados a partidos republicanos que se apresentam como Partido Republicano Conservador ou Partido Republicano Federal, sendo República o conceito que reúne todos os principais esforços políticos no Brasil inteiro. Os partidos republicanos, pelo que se vê dos vários títulos de jornais a ele vinculados, possuíam especial cuidado com a manutenção de um aparelho de propaganda, considerando as eleições que começavam a, embrionariamente, se estruturar em várias localidades do Estado.

O objetivo deste estudo é investigar, de forma bastante preliminar, os conflitos municipais que transparecem na estrutura dos jornais. Além disso, fornecer apontamentos sobre a apresentação da sociedade nessas cidades recém surgidas, onde o jornal cumpre o papel extensão do círculo de representações de uma elite incipiente. O corpus de análise foi composto de dezesseis jornais que circularam em cidades do interior do Amazonas entre 1880 e 1921, desde São Joaquim, última cidade brasileira no Rio Negro, até Benjamin Constant, na fronteira com a Venezuela, Lábrea, no Rio Purus e Itacoatiara e Parintins, na rota entre Manaus e Belém. De uma forma geral, estes jornais ajudam a ilustrar as disputas políticas de uma sociedade cuja formação recente deriva do comércio da borracha e que começa a ensaiar a sua participação na identidade republicana.

1. Disputas pelo município

A partir da elevação do Rio Negro à condição de província imperial, Manaus recebeu um aparelho administrativo e cidades vizinhas como Itacoatiara⁴ e Parintins⁵

⁴ Segundo a Wikipedia.org, “foi a terceira vila instalada no Amazonas, antecedida apenas por Borba e Barcelos. Era, então, das mais importantes aglomerações da região. Suprimido o município em 1833, dois anos depois era assolado pela Cabanagem, sedição que veio a terminar em 1840. A restauração verificou-se em 1857. Mais tarde, em 1874, a vila de Serpa recebeu foros de cidade passando a denominar-se Itacoatiara. Depois de Manaus e Tefé foi a primeira localidade amazonense a ter categoria de cidade.”

⁵ Município localizado no Rio Amazonas, na fronteira entre Amazonas e Pará. Segundo dados da Wikipedia.org, “em 24 de outubro de 1848, pela lei provincial do Pará nº 146, elevou a freguesia à categoria de vila, com a denominação de *Vila Bela da Imperatriz*, e constituiu o município até então ligado a Maués. [Somente...] Em 30 de outubro de 1880, pela lei provincial nº 499, a sede do município recebeu foros de município e passou a denominar-se Parintins. Em 1881 foi desmembrado do município de Parintins o território que constituiu o município de Vila Nova de Barreirinha.”



criaram rapidamente. Com a navegação a vapor e o comércio da borracha, a vida política nos interiores da província se estendeu por vários pontos distantes como Manicoré⁶, Lábrea⁷, Benjamin Constant⁸, Coari⁹, Barcelos¹⁰, S. Joaquim¹¹, Santo Antonio do Içá¹², Eirunepé¹³, Humaitá¹⁴, Tefé¹⁵ e Manacapuru¹⁶.

Todos estes municípios se tornaram polos produtores de jornais, em muitos casos diretamente vinculados à autoridade da prefeitura. As autoridades locais não apenas patrocinavam os jornais que circulavam entre um público bastante limitado como também se transformavam nas principais fornecedoras de pautas para os jornais, já que

⁶ Estrategicamente situada entre Manaus e Porto Velho, no Rio Madeira. Segundo a Wikipedia.org, “em 4 de julho de 1858, através da Lei nº. 96, cria-se a freguesia de São João Batista do Crato. Dez anos depois, em 6 de julho de 1868, a sede de freguesia é transferida para o povoado de Manicoré, Por força da Lei nº. 177, passando a denominar-se Nossa Senhora das Dores de Manicoré. Somente em 4 de julho de 1877 Manicoré é elevado à categoria de Vila e é criado o Termo Judiciário, pela Lei nº. 362.”

⁷ Situada entre os rios Purus e Madeira. Segundo a Wikipedia.org, “a cidade de Lábrea foi fundada através da lei provincial número 523, de 14 de maio de 1881, elevando a freguesia de Lábrea à categoria de vila. Sua história, que remonta às grandes levadas de imigrantes nordestinos durante a fase áurea da borracha, encontra-se intimamente ligada ao movimento da Igreja Católica.”

⁸ Município localizado no encontro do Rio Solimões com o rio Javary, fronteira com o Peru. Recebeu o seu nome durante o período de afirmação republicana, em 1889, segundo a Wikipedia.org.

⁹ Coari está localizada entre Tefé e Codajás, ambas cidades margeadas pelo rio Solimões. Segundo dados da Wikipedia.org, em 1759 era uma aldeia elevada a lugar com o nome de Alvelos. Em 2 de dezembro de 1874 foi elevada a vila.

¹⁰ Barcelos é um dos maiores municípios brasileiros e foi a primeira capital do Amazonas, fundado em 6 de maio de 1758. Sua localização está no encontro do Rio Demeni com o Rio Negro.

¹¹ Não há dados claros sobre a vila de São Joaquim, que esmoreceu depois da decadência da borracha.

Sua localização remete ao último ponto de povoamento brasileiro no Rio Negro, depois de São Gabriel da Cachoeira.

¹² Localizado na confluência dos rios Solimões e Içá. Segundo dados da Wikipedia.org, Por força de lei, foi criada a freguesia do Tonantins, em 18 de setembro de 1865. Assim sendo, a localidade de Santo Antônio do Içá foi aos poucos, sendo ocupada. Não se sabe ao certo, a data de sua fundação, entretanto, sabe-se que já existia antes de 1831. O primeiro nome recebido pela sede municipal do município foi Boa Vista. Pouco tempo depois, o município foi extinto”.

¹³ Localizado na confluência dos rios Juruá e Tarauacá. Segundo dados da Wikipedia.org, “Não existe nenhum ato criando a Comarca de São Felipe de Eirunepé. Em 21 de setembro de 1896, o primeiro superintendente Capitão Tenente Tomás Medeiros Pontes instalou a vila, que até então não fora criada. Após a Revolução Nacional, o Capitão Moisés de Araújo Coriolando foi nomeado prefeito. Este solicitou, logo em seguida, a mudança do nome da vila de São Felipe para João Pessoa, através do Ato nº 317, de 5 de março de 1931. Somente em 1943 viria a se chamar Eirunepé.”

¹⁴ Localizado no rio Madeira. Segundo dados da Wikipedia.org “O município foi criado pelo Decreto Nº 31 de 4 de Fevereiro de 1890, tendo sua área territorial desmembrada do município vizinho de Manicoré no seguinte, através do Decreto-Lei nº 95-A de 10 de abril de 1891, assinado pelo Governador Eduardo Ribeiro.”

¹⁵ Localizada no Rio Solimões. Segundo dados da Wikipedia.org, “em 1850, o Amazonas foi desmembrado do Grão-Pará e elevado à categoria de província, sendo que Tefé passou a fazer parte da nova província. Cinco anos depois, em 1855, o Governo da Província do Amazonas elevou Tefé à categoria de cidade”.

¹⁶ Localizado no Rio Solimões. Segundo dados da Wikipedia.org, “A Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Manacapuru foi criada em 12 de agosto de 1865, a partir da Lei nº. 148. A Freguesia tinha sede no povoado de Manacapuru. Com a Lei nº. 83, de 27 de setembro de 1894, criou-se o município de Manacapuru, com território desmembrado do município de Manaus. A instalação só ocorreu em 16 de junho de 1895. A Comarca de Manacapuru foi criada pela Lei nº. 354, de 10 de setembro de 1901. Através da Lei nº. 1.126, de 5 de novembro de 1921, a Comarca foi extinta, e só restabelecida no ano seguinte, em 1922, por força da Lei nº. 1.133 de 7 de fevereiro.”



viam neles a extensão do seu poder político. Os principais partidos políticos que apareceram como suporte material para a publicação dos jornais são, como se disse, partidos intitulados republicanos. Periódicos de Barcelos, Coari, Manicoré, Tefé e Benjamin Constant intitulavam-se, por exemplo, órgãos do Partido Republicano Federal. *O Coaryense* mencionava assim o seu vizinho *A Federação* de Tefé que, como ele, era um “órgão do partido”:

Cumprimentos e permissão para a publicação destas linhas, que noticiam a formação do partido republicano federal do riquíssimo município de Tefé, atestando ao mesmo tempo o prestígio e valor do coronel Oliveira Câmara e solidariedade política da maioria ou antes, da quase totalidade do corpo eleitoral daqui, a patriótica administração Eduardo Ribeiro (*A Federação*, Apud. *O Coaryense*, 13 de junho de 1895)

No clima de afirmação republicana, em virtude do regime recém instalado, os jornais buscavam garantir a afiliação dessas regiões periféricas na pátria em construção. Não foi possível encontrar dados historiográficos mais sólidos sobre a estrutura dos partidos embrionários, nascidos durante a instalação da República, no interior do Amazonas, ainda que vários jornais denunciem sua vinculação partidária e o papel dos partidos parece ter sido subestimado. Dentre os jornais nascentes que inauguraram a palavra impressa nos municípios, contudo, está uma preocupação mais genérica com o ingresso na República, com o reclame de serviços necessários da administração central e com o papel desempenhado pelas periferias vagamente delineadas e vagamente percebidas no Parlamento.

Do ponto de vista discursivo, a posição política predominante entre estes jornais é aquela exposta pelo *Jornal do Purus*, segundo o qual o jornal, mesmo que partidário, “lutará com independência” pelo progresso do município. A imparcialidade funciona, nesse caso, como a demonstração de capacidade do jornalista pender para o “lado certo”, no interior de um município cuja estrutura política está então em processo de configuração. Nesse sentido, seria possível para o jornalista ser imparcial e partidário ao mesmo tempo. A palavra “imparcial” funciona como um coringa. O supracitado jornal, “órgão do partido dominante” diz, assim, não seguir “norma partidária”:

Órgão do Partido Republicano Federal: de feição política, como o é e mantido exclusivamente pelo atual partido dominante local, obedecerá um programa reto e justiceiro, não seguindo a norma partidária de alguns jornais do interior: - o seu programa visa o bem geral (12 de abril de 1911, p. 1).

Quando um jornal apresenta um programa contrário aos interesses da prefeitura,



ou se torna um crítico explícito das decisões da Intendência municipal, os periódicos de situação logo correm para prestar o seu socorro e fortalecer a imagem do Intendente diante do público incipiente. O Jornal *Rio Negro*, de Barcelos, apressa-se em corrigir as palavras do seu rival *Barcellense* sobre o Intendente Municipal Francisco de Paula:

Ora, nós não podemos deixar que passe sem protesto a frase ali empregada, e mais adiante malevolamente explorada pela redação, uma vez que ela simboliza uma flagrante injustiça, como foi dito, tanto mais imerecida quanto é certo que o Exmo. Sr. Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt tem cogitado de melhorar nossas linhas de comunicação com a Capital, pois todo o mundo sabe que devido aos esforços continuados de S. Exa. já do mês passado para cá estabeleceu-se mais uma linha de navegação a vapor do Rio Negro (*Rio Negro*, 3 de outubro de 1910, p. 1).

Uma vez iniciada a navegação comercial dos rios através do navio a vapor, os municípios tornaram-se o epicentro das disputas pela instalação e solidificação da imprensa - o município enquanto aparelho burocrático recém criado, capaz de garantir a manutenção ou a ligeira alteração do status quo, no qual o jornal buscava instalar os seus patrocinadores ou proprietários. Muitos exemplos da dificuldade de implantação da burocracia municipal poderiam ser apresentados aqui, chegando, contudo, a ser exaustivos para o leitor. A imprensa é uma vitrine para a compreensão destes conflitos municipais. Não é nosso objetivo penetrar na configuração de linguagens políticas em rivalidade ou compreender a estrutura de funcionamento do município amazônico. O que importa, sim, é perceber o esquema fundamental que demarca a formação de periódicos rivais em que está em cena a disputa pela autoridade da prefeitura. São grupos de poder que indiciam um conflito de forma, muitas vezes, independente da disponibilidade de leitores e assinantes.

Evidentemente, nem sempre as referências à conduta municipal eram elogiosas. Conforme se complexificava a composição política municipal e também a disponibilidade de público leitor, surgiram jornais com perfis editoriais mais variados, algumas vezes ligeiramente críticos. O longo e tortuoso Rio Purus, por exemplo, que alcançava as zonas de extração de látex do Acre, onde foram produzidos inúmeros periódicos, passava pela cidade de Lábrea, elevada da condição de freguesia para vila em 1881. Ali, o jornal *O Purus* usava em 1888 a sua primeira edição para atacar a administração municipal, algo até então inédito:

A má aplicação das rendas municipais – Estas rendas sendo bem aplicadas darão para tudo, a questão depende somente da boa ou má *** e administração delas. No entanto, com pesar dizemos que, até hoje, a câmara municipal ainda não procurou satisfazer esta



expectativa pública e a prova está patente a todos e explica-se na avultada soma que para os cofres daqui vem vindo (22 de julho de 1888, p. 1).

De forma semelhante, surgiram vários periódicos políticos de ataque, estritamente voltados para o questionamento das decisões da autoridade municipal – ou seja, de gerência dos recursos coletivos do município, voltados para o pagamento dos funcionários (incluindo o intendente), limpeza das áreas públicas, construções, iluminação, telégrafo e etc. O ambiente a que estes jornais se referiam era bastante limitado e não há dados precisos sobre a disponibilidade de público leitor, senão menções às iniciativas de criação de colégios para homens e mulheres. Quanto a este público, segundo o jornal *Pirolito*, em maio de 1915, 6555 pessoas depositaram votos para a “menina mais formosa de Itacoatiara” numa urna colocada na redação do jornal (p. 1). Subentendendo que apenas letrados podiam escrever o seu voto, esse é um número de leitores substantivo naquela que era a segunda maior cidade do Amazonas e a segunda maior produtora de jornais. Deve-se considerar, evidentemente, que o número de assinantes correspondia a uma parcela pequena desse total. Além disso, Itacoatiara era a maior cidade do Amazonas, depois de Manaus.

Outro aspecto deve ser considerado: as leituras podiam acontecer de forma híbrida, alcançando públicos virtuais através de práticas de leitura coletiva ou da transferência oral de informações, como os estudos historiográficos já constataram. De qualquer forma que se pense, é mais fácil imaginar que o impulso do jornal está mais em estender um círculo de representações da intendência, da autoridade do município, do que propriamente em cultivar grupos de potenciais leitores. Só assim se compreende a precocidade dessa estrutura de jornais em pontos tão dispersos da enorme bacia hidrográfica.

No que concerne aos discursos elaborados nos jornais sobre a prefeitura, quando as condições municipais estavam ruins, podia-se preferir denunciar, de forma genérica, a desatenção dos poderes centrais, poupando o ataque direto à prefeitura – a não ser que o objetivo do jornal fosse claramente o de oposição política. Em sua edição de 30 de setembro de 1906, *O Arauto* de Itacoatiara sugeria, sobre o seu plano de ação:

Assim temos traçado o nosso escopo, cujo objetivo indesviável será pugnar pela prosperidade desta cidade, do seu município fazendo adjunção às suas mais justas e reais aspirações, pondo em prática quanto em nós couber a atividade e o patriotismo de que somos capazes para que o auxílio dos poderes públicos não continuem esquivos como até hoje, auxílio de que é por demais merecedora Itacoatiara, como a primeira cidade depois da capital do Amazonas (*O Arauto*, 30 de setembro de 1906, p. 1).



Em alguns casos, o sentimento de oposição política assumia a fisionomia explícita de revanchismo. O *Rio Madeira* de Manicoré, por exemplo, descreveu desta forma o ex-prefeito, Coronel Sabino Maria Santanna:

Homem ignorante, sem posição social, captou simpatias no partido situacionista pela afetada dedicação com que o servia, nunca escusando-se quaisquer que fossem as dificuldades da ocasião, ora como eleitor, ora como mesário, obedecendo cegamente ao chefe, a quem ouvia em qualquer ato que praticava público ou particular [...] (1 de fevereiro de 1906, p. 1).

Na mesma cidade de Manicoré outro jornal, *O Manicoré*, descrevia o Intendente como uma figura envaidecida, incapaz de buscar as instruções necessárias para o progresso da cidade e até mesmo “encampador de defloramentos”:

A eminência da nova posição envaideceu o novo Superintendente, ouvidos cerrados ao conselho de amigos bem intencionados, S. S., seis meses após sua posse divorciado dos homens de bem, desorganizava os serviços públicos, encampava defloramentos, feitos pelos seus sobrinhos, utilizava os cofres públicos como de seu mealheiro e (santa simplicidade), confiava que ninguém mais além de sua pessoa e da ralé que o cercava existia (*O Manicoré*, 1 de fevereiro de 1906).

Nas periferias em que a municipalidade é mais antiga, já é possível perceber formas de crítica política um pouco mais sofisticadas. Evidentemente, não se trata de uma crítica política no sentido moderno, quer dizer, uma crítica que buscava desnudar os poderes públicos revelando a dimensão de representatividade de todo o corpo de cidadãos. *O Correio de Serpa*, em 1913, chamava a atenção dos seus leitores para o despreparo da autoridade municipal e mesmo para o uso da força política para a manutenção do seu poder e silenciamento da oposição:

Mas com a orientação dos que se dizem influentes na situação dominante que atravessamos e que em verdade dizemos, não sabemos quem o são, o cargo de autoridade policial não passa de um instrumento amoldável à satisfação de baixas paixões daqueles que manejam tal personalidade, em oscilação entre dedos, como se fosse um delgado e flexível junco (*Correio de Serpa*, 1 de maio de 1913, p. 1)

Em Parintins, *O Tacape*, em sua edição de 15 de junho de 1903, ilustra, de forma conclusiva, a questão, quando faz um histórico das ações políticas do dono do jornal, dois anos antes Intendente municipal:

O nosso ilustre redator chefe, Sr. Henriques de Souza, esteve na superintendência deste município dois anos e meses e teve dinheiro para limpeza, iluminação e alimentação públicas, construção do mercado e duas rampas, compra de faróis, abertura de uma rua, reconstrução de uma escada, etc, etc, entretando, há quase dois anos e meio que, se a secretaria funciona regularmente, se os documentos pagam os selos devidos, se o regime do papelório impera, nenhum melhoramento material se tem feito (p. 1).

2. Vida social e clubismo



Os jornais não constituem apenas um retrato da vida política dos rios, da tentativa de estabelecer entrepostos, firmar poderes e determinar autoridades. Eles refletem, nas suas entrelinhas, a composição social desses vilarejos mutantes, rapidamente erguidos pelo boom da borracha. É este, precisamente, o aspecto mais difícil de investigar na estrutura de jornais que se querem políticos ou comerciais. Em primeiro lugar, há os jornais marcadamente literários, que se definem exteriores à arena política. Nestes, identificam-se pretensões intelectuais e clubísticas que refletem o desejo de interação e confraternização de parte da elite política e econômica, na forma de uma esfera pública restritiva aos poucos elementos alfabetizados.

Os jornais demarcam a esfera de atuação dessa elite e mesmo compõem uma espécie de extensão do círculo de representações dos clubs e partidos, ao se referirem constantemente aos seus próprios integrantes. Estas referências acontecem na forma de “chegadas e visitas”, “visitas ilustres à redação”, participações em festas, nomeações políticas, etc. Em cidades um pouco mais próximas de Manaus, como Itacoatiara e Parintins, são mais expressivos os jornais de clubes, escolas e associações comerciais, em torno dos quais orbita toda a vida coletiva da elite local. Dessa forma, há anúncios de serestas, soirées e festas em clubs ou casas de membros mais destacados da sociedade. Nalguns casos, lamenta-se a perda da antiga hiperatividade dos encontros sociais. Conforme a colunista - o único caso de colunista mulher que conseguimos registrar - do jornal *Epocha*, de Itacoatiara, a “antiga animação” dos tempos áureos da borracha se ia perdendo conforme avançava a triste década de 1910:

Efetivamente, não vemos mais aquela animação de outrora, que tanto nos deleitava! As ‘soirées’ familiares vão rareando; não se fazem mais as festas solenes dos nossos clubs, que já passam sem os bailes costumados e por vezes suntuosos, após as sessões de posse de suas novas diretorias eleitas; o indispensável cinema tem tido uma grande interrupção; as sociedades esportivas não organizam os seus ‘matches’, etc. etc. (*A Epocha*, 7 de outubro de 1917, p. 1).

O Manicoré também anunciava encontros, soirées, bailes e, em geral, notícias sobre a vida social de uma elite ainda incipiente. Sobretudo, ele se referia ao gestual, hábitos e mesmo maneiras necessárias para se comportar nessas circunstâncias distintas:

Um homem instruído, ainda que muito sem educação, sem aquelas maneiras delicadas e cortesias que distinguem o cavalheiro do homem incivil, faz sempre uma figura triste em qualquer sociedade onde se acha, sejam quais forem os recursos de sua inteligência; porque lhe falta a simpatia que é o grande privilégio das almas nobres e afetuosas, e tanto quanto a simpatia, falta-lhe a sinceridade dos corações generosos (*O Manicoré*, setembro de 1907, p. 1).



Em geral, as colunas intituladas “vida social” se referiam aos nascimentos, casamentos, chegadas e partidas, e careciam de uma discussão sobre a composição social da vila ou cidade, quer dizer, deixam transparecer apenas a circulação de membros da elite social. A sociedade marginalizada que busca uma forma de expressão e, somente de forma espasmódica, acaba aparecendo, é constituída por caboclos e indígenas, estrangeiros analfabetos e mesmo mulheres.

A questão do **gênero feminino** começa a transparecer com alguma frequência. Ainda assim, como se viu, apenas uma colunista mulher pôde ser identificada em todo o universo de jornais estudados. E, quando aparecia, a figura feminina era recheada dos estereótipos da sociedade fortemente patriarcal em que estava inserida (“recatada, bela e do lar”). Segundo estes jornais, quando debruçados sobre as questões do gênero feminino, a mulher devia buscar pelo recato e pelo casamento, aspectos considerados norteadores de sua conduta. O *Jornal do Purus*, em Lábrea, manifestava um certo desconsolo diante das liberdades adquiridas pela mulher, sedentas como estavam por abandonar os seus filhos aos cuidados dos maridos:

Com o evoluir do progresso, vemos a cada momento serem pelo sexo frágil, avassalados os nossos direitos e prerrogativas de homem, não se fazendo muito esperar o dia em que cabe, unicamente e exclusivamente ao marido o desempenho dos afazeres domésticos, vindo ele, por fim, representar nada mais, nada menos do que uma perfeita *dona de casa* ou engenhosa máquina *encubadora*. A mulher, essa criatura entronada, sim, lhe assiste todos os direitos em lei permitidos e pugnando pela emancipação, já vemos votar, ser votada; patrocinar causas, demandando em foros; diagnosticar males, como sectária de Esculápio; manipular drogas, como discípula de Galeno; desempenhar trabalhos do mestre Magilot, na prótese dentária e finalmente ocupar cargos que deviam pertencer ao homem! Estes coitados, azafamados, corrompiando em casa, procuram acalentar os *papudos* bebês que se esgoelam à falta do carinho materno (*Jornal do Purus*, 28 de maio de 1911, p. 3, grifos do autor).

O jornal parece estar sendo irônico, mas apenas reforça uma preocupação das sociedades mais tradicionais cujo afluxo de estrangeiros com hábitos cosmopolitas começava a se tornar frequente. Segundo o mesmo *Jornal de Purus*, as roupas, formas de se portar e de se manifestar em público também estariam se degradando na mulher, com o desejo feminino cada vez mais “ardente” de “amarrar” o homem e submetê-lo:

A mulher é vaidosa e faceira, tem a pretensão de com estas exhibições dominar o homem, trazê-lo preso nestas malhas, porque entende tornar-se mais formosa, mais sedutora aos olhos daquele que o ama, que o estreme, ou daquele que o pretende amarrar (*Jornal do Purus*, 28 de maio de 1911, p. 3).



A vida social das mulheres é estruturada, nas páginas dos jornais, em torno da busca pelo casamento e manutenção das atividades reprodutivas. O mesmo *Jornal do Purus* trazia os detalhes sobre casamentos em todas as edições, casamento como uma circunstância especial para a percepção da evolução da “vida social” local. Quer dizer, as mulheres casam e devem casar. Está aí, portanto, a determinação do seu interesse social. Além desse aspecto, preocupavam os jornais os hábitos de leitura do nascente público alfabetizado feminino nos interiores, com a disposição de escolas de educação feminina. O uso de folhetins, como se sabe, tinha a intenção de garantir o apoio da mulher e o seu vínculo com o jornal. Um dos jornais, *O Tacape*, de Itacoatiara, manifestou até algum desconcerto diante daquilo que pode ser um objeto de leitura da leitora:

Gentis leitoras. Vossos corações devem transbordar de alegria por ter aparecido nesta cidade um jornal científico, literário e noticioso. Parece-me que ouço a vossa súplica: - Nem tanto. Não entendemos de ciência, a maioria de nós não aprecia a literatura e, quanto a notícias, a cidade é pequena, por consequência, não precisamos de jornal para conhecê-las [...] Quando contrairdes casamento, ali estará o *Tacape*, para noticiar, pospondo sempre um elogiosinho merecido [...] Nós estaríamos satisfeitíssimas, alegres, risonhas, se o *Tacape* em vez de ser literário, científico, noticioso, fosse simplesmente casamenteiro (*O Tacape*, 7 de dezembro de 1902, pp. 1-2).

A transformação da sociedade com a emergência de novos atores, manifestando práticas e hábitos cosmopolitas em que as mulheres são mais ativas preocupavam os jornais. E, evidentemente, os jornalistas nem sempre manifestaram apreço pelas mudanças em curso. Entre os novos elementos que começaram a aparecer como motivo de preocupação dos jornais estavam também trabalhadores, índios e caboclos. Os **trabalhadores** começaram a ser discretamente tematizados, ainda que, nos interiores, não fossem o alvo direto da redação dos jornais. Nas páginas dos periódicos do interior do Amazonas, o elemento trabalhador vivia nas sombras, nas franjas de uma possível esfera pública, entendida como desde grupos de empregados urbanos até trabalhadores rurais em estado de semi-servidão. Os jornais se preocupavam com estes grupos a partir de um filtro republicano um tanto asséptico, mas ainda assim capaz de dialogar com as doutrinas socialistas. Como se sabe, passou a existir uma imprensa operária em Manaus e Belém no início do século XX. No interior, apenas em alguns pontos da rede bastante imprevistos alguns jornais manifestaram preocupações sociais. O jornal *O Rio Negro*, na distante São Joaquim, comemorou desta forma o dia do trabalhador oprimido pelo peso do Capital:



Hoje é o dia da festa comemorativa desse grande motor do progresso: - O Trabalho!! Na Europa o Artista oprimido e subjugado ao peso do Capital, sente neste dia o seu sangue agitar-se nas veias nas manifestações de um verdadeiro entusiasmo; nessa convulsão, nesse embate de ideias é que, conseqüentemente nasce o desejo de desvencilhar-se desse - Algoz - que lhe oprime, estabelecendo-se as mais das vezes os mais justos e enérgicos protestos, que constituem as ameaças e receios os mais sérios para os Governos (*O Rio Negro*, 10 de maio de 1906, p. 1)

Outro grupo que, reorganizado e fortalecido durante a República Velha, começou a aparecer nas páginas dos jornais foi o dos maçons. A **Maçonaria** entendida como um grupo de pressão, um partido cuja atuação era secreta, mas com forte intervenção na vida pública. Quando a Maçonaria aparecia nas páginas dos jornais, apresentava-se como uma aliada do progresso e dos trabalhadores, refletindo ideias ora socialistas e ora espíritas. Em particular numa dessas cidades, Parintins, os jornais eram predominantemente maçônicos. Também há um caso, como o demonstra o *Diário do Amazonas* (FREIRE et all, 1990, p. 77), de Manaus, de publicação de códigos maçons – que atuavam mais como propagandistas do poder e da simbologia do grupo do que propriamente serviam para decodificar alguma mensagem secreta.

O Jornal *O Tacape* de Parintins referia-se em todas as suas edições, numa coluna especial, às reuniões da Maçonaria - um tema que, é mister lembrar, aparecia como controverso frente aos poderes católicos já entranhados na Amazônia através de séculos de atividade missionária. O jornal mencionava a “Comemoração do 1o. De maio, A maçonaria e o proletariado. Primeira conferência realizada no Grande Oriente do Brasil”, em texto que, de difícil leitura pelas condições físicas do jornal, descrevia o sentimento de solidariedade dos maçons diante dos trabalhadores, mesclando o discurso da libertação do trabalhador com a luta contra o Capital (*O Tacape*, 14 de dezembro de 1902, p. 1). Vários indivíduos politicamente influentes estendiam os seus poderes através das lojas maçônicas, cujo papel, em virtude da carência de fontes institucionais da Maçonaria tornadas públicas, ainda não possui estudos mais abrangentes. Mesmo que isso cause constrangimento diante das crenças institucionalizadas pelo clero, os encontros em lojas são noticiados em várias circunstâncias. *O Javary*, por exemplo:

Em data de 23 de dezembro último, por escritura pública lavrada nas notas do Tabelião interino João Barbosa Ferreira, adquiri para o Município o prédio em que presentemente funciona as suas repartições, pela importância de 12,00\$000, à Sociedade Maçônica ‘Firmeza e Amor’ (11 de março de 1917, p. 1).



Mais do que a Maçonaria, considerada uma forma de religiosidade, uma solidariedade diante de um princípio criador único intitulado Deus, também as **ideias espíritas** começaram a pipocar em vários pontos. O fato de a religião católica ter se estabelecido de forma arraigada através das atividades missionárias não conseguiu afastar os costumes sincréticos ou o flerte da doutrina espírita com o progressismo positivista. Alguns jornais espíritas, como *O Semeador* de Parintins, surgiram com a proposta declarada de expor a doutrina de Allan Kardec. Esse jornal, no seu editorial, dizia que “é sempre motivo de júbilo para o homem o aparecimento de um jornal em qualquer lugar, porque é o refletor pelo qual se percebe que a instrução progride nesse meio social” (Julho de 1907, p. 1).

Evidentemente, vários foram os jornais que trouxeram uma “parte eclesiástica” destinada à discussão mais explícita do **catolicismo**. Alguns se intitularam defensores das atividades missionárias, como nos casos do *Jornal do Rio Branco* e *Javary*. No primeiro, em Roraima, na missão dos beneditinos; no segundo, na fronteira com o Peru, na missão dos capuchinhos. O *Javary* assim defendia um membro do clero:

Todas as acusações contra o famigerado capuchinho são inverídicas; pois as pessoas que se deixaram de casar, não o fizeram por terem recusado, o que exige a religião católica, a confissão, não pela quantia de cem mil reis, porque posso afirmar que, de cento e muitos batizados e quarenta e seis casamentos, quase a metade foi feito gratuitamente (*O Javary*, 25 de março de 1917, p. 2).

Contudo, a tendência geral reflete uma secularização dos círculos alfabetizados, gerado pelo frisson republicano e pelo crescimento de doutrinas positivistas entre os políticos de carreira. A multiplicação das lojas maçônicas, ideias republicanas, marxistas, anarquistas, fourieristas e espíritas entre as elites reflete a força da entrada do elemento estrangeiro e a tendência geral da instalação de uma República que pretendia estar nos moldes do positivismo comtiano. O abandono gradual da religião, assim, seria o reflexo geral da evolução das sociedades humanas, no clima fornecido pelos partidos republicanos. Quem expressa bem este sentimento é *O Tacape*, em 30 de novembro de 1902, quando mencionava o abandono da religião nas sociedades livres:

Jamais a necessidade da luz fez sentir-se de um modo mais imperioso. Uma imensa transformação se opera no seio das sociedades humanas. Depois de estarem submetidos, durante uma longa série de séculos, ao princípio da autoridade, os povos aspiram cada vez mais à liberdade e querem dirigir-se a si próprios. Ao mesmo tempo que as instituições políticas e sociais se modificam, os cultos são esquecidos. Existe nisso ainda uma das consequências da liberdade em sua aplicação às coisas do pensamento e da consciência (p. 1).



Outros elementos sociais que carecem de menção, quer dizer, que não suscitaram preocupações ativas nos limites dos jornais, foram os indígenas, caboclos e seringueiros. Eles apareceram de forma apenas esporádica. Houve, de forma genérica, uma preocupação com a existência do outro marginalizado, mas nada que se refletisse em qualquer tendência de alteração do *status quo*. *O Tacape*, periódico literário, científico e noticioso de Parintins, afirmava em 7 de dezembro de 1902 que “há ainda muito a fazer na sociedade para que os preconceitos de raças, classes e crenças desapareçam de uma vez para sempre” (p. 1). Quanto aos Índios, nalguns casos transparecia uma preocupação com o seu extermínio pelos seringalistas. O mesmo jornal afirmava que “esse famigerado João Paulino, cuja audácia e impunidade o tem acoroçoado a apossar-se de seringais dos pacatos e inofensivos índios e a tomar borracha a força bruta [...]” (*O Tacape*, 14 de dezembro, 1902, p. 3)

Outros casos que merecem ser mencionados e ficarão como sugestão para estudos futuros são a presença crescente dos clubes de estrangeiros, sobretudo portugueses e italianos, a formação de clubes desportivos (Itacoatiara possui, em 1915, quatro clubes de futebol), os clubes de tiro (em Benjamin Constant e Lábrea, por exemplo) e as próprias lojas maçônicas e os espaços partidários.

Conclusões

O surgimento de cidades expressivas nas periferias amazônicas como Rio Branco, Porto Velho, Itacoatiara, Manicoré, Lábrea e Parintins criou, entre as elites mais recentes, um certo ciúme com relação ao afluxo de recursos e monopólio da vida política em Manaus e Belém. As elites recentemente constituídas reclamavam o seu lugar no cenário político regional, argumentando a contribuição das suas atividades para a vida econômica brasileira. É nesse cenário que se multiplicam jornais de cunho nativista, dirigindo-se a um público ainda incipiente, quer dizer, cujas práticas de leitura ainda não eram regulares.

Estes jornais, além da busca pelo estímulo ao sentimento patriótico, na medida de sua multiplicação começaram a disputar a atenção da autoridade municipal, verdadeiro núcleo de poder nas periferias amazônicas. Além de um retrato dessas disputas de poder provincianas, eles serviram de vitrine para a vida social local, tornando nítido o afluxo de elementos recentes, sobretudo imigrantes, na constituição de grêmios e clubs.



Pode-se constatar que o crescimento das elites e a multiplicação de jornais acompanhou de perto o ciclo de borracha, com o conseqüente afluxo de produtos comerciais e empoderamento econômico das periferias. Na medida em que ainda pouco experientes para lidar com o crescimento de opiniões dispersas e muitas vezes rivalizantes, estas autoridades municipais recorriam à intervenção do delegado, diretamente vinculado à Intendência Municipal.

BIBLIOGRAFIA

A Epocha, Órgão dos interesses da República, Itacoatiara, 1889-1990.

Correio de Serpa, Folha independente dedicada aos interesses locais. Itacoatiara, 1912.

FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). **Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)**. Catálogo de jornais. Manaus: Editora Calderaro, 1990.

Hury, Periódico Litterário e Noticioso. São Joaquim, 1904.

O Arauto, Órgão dos interesses locais. Itacoatiara, 1906-1911.

O Chicote, Semanário vespertino, crítico e noticioso. Itacoatiara, 1914.

O Javary, Órgão independente, literário e noticioso. Benjamin Constant, 1916.

O Manicoré, Propriedade de uma Associação, Manicoré, 1899-1908.

O Pirolito, Órgão crítico, social, humorístico e literário. Itacoatiara, 1915.

O Purus, Lábrea, 1886-1894.

O Rio Madeira, Periculum dicendi non recuso, Manicoré, 1881-1883.

O Rio Negro, Órgão do Partido Republicano Federal, Barcelos, 1910.

O Rio Negro, Órgão dos interesses populares, S. Joaquim, 1906.

O Rio Purus, Lábrea, 1891-1897.

O Semeador, Órgão Espírita. Parintins, 1907.

O Tacape, Literário, científico e noticioso. Parintins, 1902-1904.

Parintins, Órgão do Partido Republicano Federal. Parintins, 1907-1911.

PINHEIRO, Luís Balkar. Imprensa e Sociedade nos Confins da Amazônia (1880-1920).

Dialogos (Maringá), v. 18, p. 297-323, 2014.

<http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B>



%5D=786&path%5B%5D=pdf_631

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SCHOR, Tatiana e MARINHO, Thiago Pimentel. Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas - Brasil: as cidades Parintins e Itacoatiara de 1655 a 2010. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n.56,p. 229-258, jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i56>